

**Defensoria Pública da União****GABINETE DO DEFENSOR PÚBLICO-GERAL
FEDERAL****PORTARIA Nº 941, DE 26 DE SETEMBRO DE 2017**

O Defensor Público-Geral Federal, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 8º, incisos I, III e XIII da Lei Complementar n. 80, de 12 de janeiro de 1994 e o disposto no art. 9º, §1º, da Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000, c/c os §§ 1º e 2º do artigo 58 da Lei nº 13.408/2016 da LDO-2017, resolve:

Art. 1º Ficam contidos, conforme Anexo I desta Portaria, os valores de emissão de empenhos de Outros Despesas Correntes e de Capital, constantes na Lei n. 13.414, de 10 de janeiro de 2017 (LOA 2017), tendo-se por base o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias do quarto bimestre de 2017.

Art. 2º Fica revogada a Portaria n. 790, de 24 de julho de 2017, publicada no Diário Oficial da União, seção I, página 122, de 25 de julho de 2017.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS EDUARDO BARBOSA PAZ

ANEXO I			
29000 - DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO			
LIMITAÇÃO DE EMPENHO E MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA			
29.101 - DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO			
PROGRAMA DE TRABALHO	NATUREZA	FONTES	VALOR
03.422.2129.15AK.0001 - Implantação de Unidades da Defensoria Pública da União - Nacional	3.3.90.00	100	5.279.505
TOTAL GERAL			5.279.505

Poder Legislativo**CÂMARA DOS DEPUTADOS****PORTARIA Nº 22, DE 25 DE SETEMBRO DE 2017**

O PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no art. 45, § 1º, inciso I, da Lei nº 13.408, de 26/12/2016, e ainda com base no art. 4º, inciso II, alínea "a" e item I da Lei nº 13.414, de 10/1/2017, e no art. 1º, caput, da Portaria nº 7/SOF, de 14/2/2017, resolve:

Art. 1º Fica aberto no Orçamento Fiscal da União, em favor do Órgão Câmara dos Deputados, crédito suplementar no valor de R\$ 1.700.000,00, para atender à programação contida no Anexo I desta Portaria.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão de cancelamento, no mesmo montante, conforme indicado no Anexo II desta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RODRIGO MAIA

ÓRGÃO: 01000 - Câmara dos Deputados
UNIDADE: 01101 - Câmara dos Deputados

ANEXO I											Crédito Suplementar	
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)		PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO									Recurso de Todas as Fontes R\$ 1.000	
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA										F T E	VALOR
	0553	Atuação Legislativa da Câmara dos Deputados										1.700.000
		Atividades										
01 331	0553 2010	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Cívis, Empregados e Militares										1.700.000
01 331	0553 2010 5664	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Cívis, Empregados e Militares - Em Brasília - DF										1.700.000
TOTAL - FISCAL		F	3	1	90	0	188				1.700.000	
TOTAL - SEGURIDADE												0
TOTAL - GERAL												1.700.000

ÓRGÃO: 01000 - Câmara dos Deputados
UNIDADE: 01101 - Câmara dos Deputados

ANEXO II												Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)												Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR			
0553		Atuação Legislativa da Câmara dos Deputados									1.700.000	
		Atividades										
01 331	0553 2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores Cívis, Empregados e Militares									1.700.000	
01 331	0553 2012 5664	Auxílio-Alimentação aos Servidores Cívis, Empregados e Militares - Em Brasília - DF	F	3	1	90	0	188			1.700.000	
TOTAL - FISCAL											1.700.000	
TOTAL - SEGURIDADE											0	
TOTAL - GERAL											1.700.000	

PORTARIA Nº 23, DE 26 DE SETEMBRO DE 2017

Aprova o Relatório de Gestão Fiscal da Câmara dos Deputados, referente ao período de setembro de 2016 a agosto de 2017.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que dispõe a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, especialmente nos arts. 18, 19, 54, 55 e 71, resolve, ad referendum da Mesa:

Art. 1º Fica aprovado o RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL da Câmara dos Deputados, referente ao período de setembro de 2016 a agosto de 2017, na forma do Anexo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RODRIGO MAIA

UNIÃO - PODER LEGISLATIVO
CÂMARA DOS DEPUTADOS
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2016 A AGOSTO/2017

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")		R\$ 1.00	
		DESPESAS EXECUTADAS (Set/2016 a Ago/2017)	
		LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR
		(a)	(b)
DESPESA COM PESSOAL			NÃO PROCESSADOS
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)		4.492.172.093,79	1.550.460,00
Pessoal Ativo		2.811.651.968,46	899.460,00
Pessoal Inativo e Pensionistas		1.680.520.125,33	651.000,00

Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	673.360.836,64	1.550.460,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	25.023.104,79	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	57.635.759,91	1.550.460,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	590.701.971,94	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	3.818.811.257,15	0,00

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	730.531.081.000,00	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (IIIa + IIIb)	3.818.811.257,15	0,522745
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - (1,210000%)	8.839.426.080,10	1,210000
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único, art. 22 da LRF) - (1,149500%)	8.397.454.776,10	1,149500
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - (1,089000%)	7.955.483.472,09	1,089000

Fonte: SIAFI, MF/STN, 12/set/2017, 10hs.

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

LUCIO HENRIQUE XAVIER LOPES
Diretor-Geral

JOÃO LUIZ PEREIRA MARCIANO
Secretário de Controle Interno

EVANDRO LOPES COSTA
Diretor de Finanças, Orçamento e Contabilidade

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 00012017092700114

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.